

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
AL FGC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Audiência pública debate uso de agrotóxicos em SC

Reunião promovida pela Comissão de Saúde aponta para necessidade de legislação sobre assunto ser atualizada

Carlos Kilian



Com a participação de representantes do Embrapa e da Secretaria da Agricultura, reunião faz diagnóstico da situação do produto no estado

Páginas 4 e 5

Parlamento presta homenagem a Guga

Eduardo Guedes de Oliveira



Gustavo Kuerten participa de sessão solene que enaltece sua carreira de tenista

Página 3

Eduardo Guedes de Oliveira



Integrantes da Maçonaria acompanham cerimônia no Plenário Osni Régis

Sessão solene destaca Dia do Maçom

Página 6

Convênio de cooperação vai disponibilizar dados do Legislativo para Fiesc

Página 7

OPINIÃO

Um projeto de desenvolvimento sustentável

O desejo de construir bons projetos ganha impulso quando a comunidade respalda iniciativas e soma esforços. É o que estamos comprovando na Serra Catarinense e no meio-Oeste, com a perspectiva de implantação de um projeto integrado para o turismo de Lages, Anita Garibaldi, Capão Alto, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Abdon Batista, Campos Novos e Celso Ramos, que deve resultar na criação do Parque dos Lagos.

A proposta consiste no desenvolvimento sustentável da atividade turística a partir da criação de uma unidade territorial de aproximadamente 3,5 mil quilômetros quadrados que abrange cerca de 4% do território catarinense, onde se inserem os lagos criados com a implantação das novas usinas e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) projetadas

na região. Com planejamento, a idéia é criar instrumentos de transformação econômica e social, a partir das vocações e potencialidades produtivas, do turismo histórico e cultural e da implantação de equipamentos de lazer e serviço, para mudar a realidade de uma área onde são registrados modestos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs).

Desde o ano passado, presidindo o Fórum Parlamentar do Aquífero Guarani e Bacia do Rio Uruguai na Assembléia Legislativa, acompanho e participo de iniciativas que visam o apoio ao projeto. Intermediei, inclusive, contatos com empresas e entidades. E no último dia 7, em Lages, pudemos comprovar o desejo coletivo de tornar realidade a criação do Parque dos Lagos, com a formalização de parcerias entre o setor privado e a socie-

dade civil organizada.

Um termo de adesão e cooperação foi firmado na sede da Amures pelas associações de municípios da região, secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e do Turismo, Cultura e Lazer e o envolvimento da Santur, Prodetur, do nosso Fórum Parlamentar e empresas como Ambev e Baesa – Energética Barra Grande. Trata-se de um projeto ambicioso com grande capacidade de transformação. Futuramente induzirá a criação da Rota Catarinense dos Lagos, expandindo-se rumo ao Oeste, onde estão em execução outras unidades hidrelétricas que, a exemplo de Itá, terão a possibilidade de, além de energia, gerar oportunidades econômicas com a atividade turística.

Deputado Renato Hinnig (PMDB)

Trabalho doméstico – quanto vale?

Este é um tema que deve ser debatido no espaço público e trazido para o âmbito de toda sociedade: quanto vale o trabalho doméstico? Não tem preço, não é mensurável, muito menos valorizado. A “gratuidade” do serviço doméstico realizado pela mulher após sua jornada “normal” de trabalho está tão introjetada no imaginário da sociedade, o que dispensa o pensamento de que seja calculável e que até tenha valor monetário, que possa ter influência no PIB nacional, distanciando cada vez mais as mulheres do mercado de trabalho e do poder de ter direitos a melhores oportunidades.

Algumas mulheres quando questionadas se trabalham fora de casa, respondem prontamente “... eu não trabalho, eu sou do lar”, como se os afazeres domésticos não fossem um trabalho como qualquer outro onde você precisa despende tempo, energia e muita

criatividade, o que possibilita que alguma das partes possa realizar trabalho remunerado sem preocupações domésticas, garantindo uma situação financeira melhor.

As mulheres trabalham três vezes mais em serviços domésticos do que homens. Enquanto eles trabalham até cinco horas fazendo trabalhos domésticos, as mulheres gastam em média dezoito horas por semana realizando os mesmos serviços. Isto quer dizer que as mulheres trabalham mais que os homens, mas ganham menos por questões de desigualdades que precisam urgentemente ser superadas em prol de uma sociedade mais equânime para as mulheres.

Quanto maior for a participação da mulher no mercado de trabalho mais visíveis se tornam as discriminações, quanto maior for sua capacitação para acessar cargos importantes maior será sua participação na renda familiar. Este fato

incide diretamente nas relações de trabalho doméstico, quanto mais a mulher ganha, mais empoderada se torna, podendo negociar as tarefas de casa.

Quanto mais a mulher aumenta sua participação na renda da família mais ela vai diminuindo o tempo para exercer as atividades caseiras, demonstrando que a questão não é só cultural está diretamente ligado à questão econômica, logo as relações de poder.

Vamos acabar com esta querela de que serviço doméstico não é mensurável quando é feito por mulheres e que 13 horas de trabalho doméstico a mais semanalmente e não remunerado, além da jornada profissional, não é natural, é pura desigualdade! São estas relações que urgem por mudanças culturais, econômicas e sociais.

Deputada Ana Paula Lima (PT)



Fabio Porta, ao centro, defende políticas de intercâmbio entre Brasil e Itália

Deputado italiano faz visita de agradecimento a Santa Catarina

O deputado italiano Fabio Porta, do Partido Democrático (Prodi), veio a Santa Catarina para agradecer os votos recebidos dos italo-brasileiros que o levaram a ocupar uma das cadeiras do Parlamento da Itália no dia 29 de abril deste ano. Ele concedeu uma entrevista coletiva no dia 11, na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa.

Opositor ao governo de Silvio Berlusconi, Fabio reclamou da política restritiva à entrada de novos imigrantes e falou da força-tarefa para fortalecer a rede consular e a diminuição do tempo de espera para a concessão de dupla nacionalidade.

Ele é o vice-presidente do Comitê Permanente para os Italianos no Exterior, instituído junto à Câmara dos Deputados, e dirigente

do Patronato ITAL – UIL, sindicato italiano, com filial em Florianópolis. Pretende usar o cargo para defender os interesses e as expectativas dos descendentes de italianos que vivem no Brasil e em toda a América Latina. Seu principal projeto é a realização de uma força-tarefa, que já acontece em alguns países.

A finalidade do mutirão é reduzir a fila de espera para os cerca de 500 mil brasileiros que aguardam a dupla nacionalidade. O projeto foi aprovado no fim do ano passado e concursos públicos para a contratação de funcionários já foram realizados.

Outra prioridade apontada pelo deputado foi o fortalecimento das políticas de intercâmbio. Para ele, esta é a única maneira para mudar a visão dos dois países.

[AGENDA]

• **Dia 25, 19 horas** - Sessão solene em homenagem aos 45 anos de fundação da Associação de Hospitais de Santa Catarina (Ahesc)
Local: Plenário Osni Régis

• **Dias 27, 28 e 29, 8 horas** - Seminário “Violência, Família e Educação”. Promoção da Escola do Legislativo em parceria com Escola de Pais do Brasil - Seccional Florianópolis
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Assembléia Legislativa presta homenagem a Guga Kuerten

Tenista foi tricampeão em Roland Garros e terminou o ano de 2000 como o número um do ranking

Eduardo Guedes de Oliveira



Entre o secretário de Turismo, Esporte e Cultura, Gilmar Knaesel, e o governador Luiz Henrique, Gustavo Kuerten recebe com satisfação mensagens de carinho dos admiradores de sua trajetória de vitórias

Niels Schipper/ATP

Graziela May Pereira

O melhor tenista brasileiro de todos os tempos, o catarinense Gustavo "Guga" Kuerten, foi homenageado dia 11 à noite, em sessão solene na Assembléia Legislativa, por sua destacada atuação no cenário mundial. Proponente da sessão solene, o deputado Edison Andrino (PMDB) lembrou que Guga proporcionou aos brasileiros momentos inesquecíveis. "É impossível não lembrar aquele coração desenhado na quadra. Somos imensamente gratos por tudo".

Natural de Florianópolis, ele manteve-se no primeiro lugar

do ranking mundial de simples por 43 semanas. Terminou o ano de 2000 como número um do mundo e em 2001 como número dois, representando o auge da carreira do tenista catarinense. "Guga conquistou a maior vitória de sua carreira: o coração de todos nós. Agora deixe que essa bela ilha, que é o teu lugar, faça um pouco por ti", completou Andrino.

Ao som do hino do Avaí Futebol Clube, o manezinho Guga Kuerten recebeu uma placa de homenagem da Assembléia Legislativa. "Me sinto muito à vontade de estar aqui recebendo essa homenagem. Esse reconhecimento comprova o quanto

o povo catarinense torce pelo próximo e o quanto é bom fazer parte disso", disse Guga.

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) destacou em seu discurso que o tenista nasceu com um "DNA vencedor" e que colocou o nome do estado em todos os *halls da fama* possíveis. "Ele representa a razão de ser do catarinense. É lealdade, humildade e capacidade do nosso povo. Santa Catarina deve muito a você".

Luiz Henrique da Silveira ainda falou sobre o Troféu Guga Kuerten, que tem como objetivo premiar os cinco melhores atletas catarinenses no fim de cada ano.



Com três títulos em Roland Garros, catarinense fez história na França

Miriam Zomer

Tenista coleciona 14 títulos e se consagrou com "rei do saibro"

O tenista iniciou sua carreira com seis anos disputando na categoria para 10 anos. Aos 14 anos já percorria o mundo. Desde 1997, quando conquistou seu primeiro título em Roland Garros, nunca passou um ano sem ganhar um torneio.

O destro obteve seu saque mais veloz alcançando os 212 km/h em 1999, em Gstaad, na Suíça. Foram 14 títulos nas quadras de saibro em 13 países diferentes. Com três títulos em Roland Garros, está atrás ape-

nas do sueco Bjorn Borg, com seis taças, e do espanhol Rafael Nadal, com quatro conquistas. Ganhou a fama de "rei do saibro". Em 2000, o tenista fundou o Instituto Guga Kuerten, que desde então já beneficiou mais de 10 mil pessoas de 80 instituições diferentes em Santa Catarina. No final do ano de 2001, problemas físicos obrigaram-no a se afastar do circuito por períodos longos e, em função das sucessivas contusões, optou por afastar-se das quadras em 2008.



O tenista recebe placa de homenagem das mãos do deputado Edison Andrino e de Vilmar Pacheco

INSTITUCIONAL



Sargento Soares propôs encontro para ouvir reivindicações

Aposentadoria especial de servidores da saúde volta a ser discutida

Incansáveis na luta pela aposentadoria especial, os trabalhadores na saúde e entidades da área compareceram à audiência pública realizada pela Casa Legislativa dia 11 e que teve a coordenação do deputado Sargento Amauri Soares (PDT). Os funcionários públicos e de empresas privadas que participaram do encontro fizeram algumas sugestões de encaminhamento, não só quanto à aposentadoria, mas também sobre a melhoria na qualidade do trabalho e dos serviços. Soares deve enviar as propostas ao governo do Estado, secretarias da Saúde e da Administração, Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e entidades do setor.

O Projeto de Lei Complementar nº 2/08, da autoria do deputado, tratando da aposentadoria com provento especial aos servidores da saúde, teve sua tramitação

aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã do dia 5, mas à tarde foi rejeitada durante a sessão ordinária. As galerias do Plenário Osni Régis estavam lotadas de servidores da saúde, que viram o projeto ser derrotado por 14 votos a 11.

Diante do resultado, Sargento Soares solicitou a audiência pública para continuar debatendo a aposentadoria especial. Segundo ele, seria a única alternativa para garantir que os trabalhadores tenham uma atenção especial para cuidar não só da saúde dos outros, mas também da sua própria.

Na reunião foram feitas muitas manifestações de servidores que têm sua saúde abalada pela exposição a raios ionizantes, agentes químicos ou biológicos (como hepatite e HIV), além de esforços repetitivos.

Encaminhamentos

A audiência culminou com algumas decisões. Entre elas, a solicitação de audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), a criação de uma subcomissão na Comissão de Saúde para discutir a saúde do trabalhador e uma pesquisa oficial sobre recursos humanos e condições de trabalho na saúde. Os servidores ainda pediram uma audiência para discutir o estabelecimento de Organizações Sociais (OS) e reivindicaram uma aposentadoria vinculada a uma política salarial justa. Por fim, manifestaram o repúdio à ausência de deputados da Comissão de Saúde à reunião.

Sargento Soares vai encaminhar a ata da audiência para todas as entidades e instituições

convidadas.

Participaram da audiência o presidente do Sindaúde (Sindicato dos Trabalhadores na Saúde Pública e Privada da Grande Florianópolis, Edileuza Fortuna; a representante do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Cremesc), Marta Muller; o engenheiro de segurança e representante do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria da Saúde (Ceres/SC), Vitor Crespi; o diretor da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST/SC), Marcos Borges, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintepse), Mário Antônio da Silva, e a representante da CUT/SC, Lilianna Piskci.

Audiência pública aponta necessidade de atualizar legislação sobre agrotóxicos

Comissão de Saúde reacende polêmica em torno de uso de produto e aponta contrabando de países vizinhos como obstáculo

Denise Arruda Bortolon

Após duas horas de discussão sobre o uso dos agrotóxicos nos alimentos, o excesso de resíduos e sua relação com doenças humanas, a audiência pública realizada dia 14 evidenciou a necessidade de atualizar a legislação sobre o tema. A reunião foi promovida pela Comissão de Saúde, no Plenário Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa.

A proponente da audiência, deputada Odete de Jesus (PRB), comprometeu-se em mobilizar os partidos com assento no Parlamento catarinense para discutir as novas diretrizes para o uso de agrotóxico. "Temos que colocar o dedo na ferida. Vamos reunir um

representante de cada partido para estudar a legislação e mudar os pontos controversos", afirmou.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), o aumento do uso de agrotóxicos se deu com a plantação de transgênicos. "O Rio Grande do Sul aumentou o uso de agrotóxicos devido às grandes plantações transgênicas e isso é muito grave", acrescentou. Ele acredita que uma reeducação do agricultor ajudaria na mudança cultural, bem como pesquisas na área. "Falta pesquisa nessa área. Algumas culturas são mais fáceis, mas outras são de difícil produção. Seriam necessários 20 anos para obter um produto de qualidade sem o uso de agrotóxicos e isso necessitaria de investimentos públicos", observou.

Embrapa defende uso racional

O representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (Embrapa/RJ), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ronoel Luiz de Oliveira Godoy, defendeu o uso racional do agrotóxico, pois a produção de determinadas culturas sem o defensivo agrícola inviabilizaria a produção. "As pessoas também usam agrotóxicos nas suas casas, o exemplo disso são as substâncias utilizadas para matar os insetos. Foi esse produto que quase erradicou o mosquito da dengue décadas atrás", relatou.

Durante sua explanação Godoy contou a história do agrotóxico, que surgiu na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Inicialmente feitos com produtos naturais, com o passar dos

anos a maioria dessas substâncias passou a ser artificial e nociva à saúde. "Não podemos proibir o uso, mas é importante desenvolver técnicas seguras para a sua utilização. É nisso que a Embrapa trabalha, incentivando o uso de bicos dosadores que não poluem a terra e a água", contou.

Ele ainda falou sobre a contaminação por agrotóxicos. O maior número de contaminações é pela pele, respiração e por último a ingestão. "Uma contaminação vai comprometer o corpo todo. O diagnóstico correto é muito importante. Esses produtos são menos nocivos quando indicados por um técnico agrícola. As leis não devem proibir o uso, mas sim legislar sobre a importância de pessoas especializadas", continuou.



Representante da Embrapa lembra que produto surgiu na Primeira Guerra



Proponente da reunião, deputada Odete de Jesus pretende mobilizar partidos com representação na Assembleia para avaliar legislação

Contrabando de países vizinhos desafia fiscalização

O contrabando de agrotóxicos vindos do Paraguai e Argentina, entre outros países, é a maior preocupação do representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Aarão Luiz Schmidt Júnior. Conforme ele, parcerias entre a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e a Polícia Federal estão inibindo o uso desses produtos. Mesmo assim, há dificuldades para banir o produto no Oeste do estado.

Para ele, o investimento deve ser na educação do produtor. "Hoje não se faz agricultura para alimentar o mundo inteiro sem o uso de agrotóxico, mas é preciso que o uso seja racional. Esta é a nossa tarefa enquanto agente público. É o nosso desafio", emendou.

Aarão defendeu a criação da Comissão Estadual de Agrotóxico

e de comissões regionais nas 19 regionais da Cidasc, contendo, entre outros aspectos, registro e cadastro dos agrotóxicos. "Também precisamos reforçar a devolução das embalagens. Há cinco anos fomos pioneiros nesta ação, mas atualmente perdemos o posto. Uma fiscalização mais efetiva resolveria este problema", salientou.

Morango

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em parceria com as secretarias estaduais de Saúde, apresentou, na reunião, uma pesquisa na qual o tomate, morango e alface foram os alimentos que apresentaram os maiores números de amostras irregulares referentes aos resíduos de agrotóxico durante o ano de 2007. Dois problemas foram detectados: teo-

res de resíduos acima do permitido e o uso de agrotóxicos não autorizados para estas culturas.

Dos nove produtos avaliados – alface, batata, morango, tomate, maçã, banana, mamão, cenoura e laranja – o índice de amostras insatisfatórias ficou em 17,28%. A amostra identificou que 85% das culturas continham agrotóxico acima do permitido.

Representando a Anvisa, Helen Hoffmann salientou que o tomate produzido em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis, usa o agrotóxico metamidofós, utilizado somente para o tomate industrial, produzido para a elaboração de molhos de tomate e "catchup" entre outros. "Esse agrotóxico é altamente nocivo e o principal prejudicado é quem o aplica. Tem que proibir o uso", continuou.

O uso incorreto do produto, contaminando os rios e lençóis freáticos, preocupa o Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Lacen). Segundo seu representante, Gilberto Alves, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) realiza pesquisas para ver o nível de contaminação das águas. Cada região do país possui uma unidade que realiza as pesquisas. Na região Sul, as análises são feitas no Paraná. "Identificar o uso inadequado de agrotóxicos que acarreta na contaminação das águas é a nossa responsabilidade. Trabalhamos em parceria com outras instituições", comentou.

Também participaram do encontro os representantes da Ordem dos Advogados (OAB/SC), Aline Benedetti, e da Cidasc, Marcelo Luz da Silva.

Jaraguá do Sul debate Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Na tentativa de esclarecer e implementar possíveis mudanças na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, realizou, dia 14, em Jaraguá do Sul, uma audiência pública. O encontro, no Centro Empresarial do município, reuniu lideranças políticas e empresariais, em sua maioria micro e pequenos empreendedores da região.

De acordo com o proponente da reunião, deputado Dirceu Dresch (PT), o tema precisa ser amplamente debatido, uma vez que existem dúvidas sobre a funcionalidade da lei. "Queremos ouvir propostas e discutir possíveis ajustes visando o fortalecimento do setor e colocando Santa Catarina no processo competitivo novamente", acrescentou. Dresch lembrou que desde

a aprovação da lei, em 2006, o Poder Legislativo vem buscando melhorias. "Em 2007, realizamos nove audiências em alguns municípios catarinenses e para 2008 temos previsto, além de Jaraguá do Sul, outras audiências em Caçador, Tubarão e Capinzal", informou.

Na condição de presidente da Comissão de Economia, o deputado Sílvio Dreveck (PP) lembrou que a lei entrou em vigor em janeiro de 2008 e trouxe avanços para o Estado, porém apresenta deficiências que precisam ser corrigidas.

Para a representante do Sebrae/SC, Kátia Regina Rausch, é preciso apresentar a lei geral para a sociedade, explicando corretamente seus benefícios, uma vez que apenas 14 prefeituras de Santa Catarina implementaram a legislação.



Comissão de Economia promove reunião para esclarecer dúvidas

Fampesc explica mudanças

Diante dos depoimentos e reivindicações de micro e pequenos empresários presentes nas audiências, o presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas de Santa Catarina (Fampesc), Cloir Dassoler, explicou as principais mudanças. "É evidente que a lei precisa ser estudada e avaliada para trazer um melhor funcionamento para o setor. Porém, uma pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) mostra que 85% das micro e pequenas empresas brasileiras sabiam da lei, 75% acreditam na lei e 46% pedem o aperfeiçoamento dela. É possível ver que a lei não é ruim, só precisa ser ajustada", salientou.

o presidente da Associação das Micros e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu, Custódio Viera da Costa, entregou ao deputado Dirceu Dresch um documento com algumas reivindicações da classe na tentativa de fazer com que o Legislativo busque, na apresentação de projetos de lei, uma alternativa para o setor.

Ao finalizar os trabalhos, Cloir propôs ao representante do governo, Ramon Santos de Medeiros, da Secretaria da Fazenda, uma discussão para rever a distribuição tributária no Estado. Medeiros aproveitou para afirmar que o Estado não está contra os micros e pequenos empresários. "Acontece que quase todas as resoluções da União chegam prontas para os estados."

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Proposta e presidida pelo deputado Jorginho Mello, cerimônia reuniu maçons de todo estado, sendo marcada por discursos de reconhecimento da ordem pelos grão-mestres das potências

Sessão solene destaca passagem do Dia do Maçom

Instituição tem como princípio o bem-estar da humanidade, trabalhando no desenvolvimento dos povos

Andreza de Souza

A Assembléia Legislativa dedicou uma sessão solene para homenagear a Maçonaria catarinense pelo transcurso do Dia do Maçom, comemorado desde 2005 em 20 de agosto. A iniciativa de instituir a data foi do deputado Jorginho Mello (PSDB), autor da Lei nº 13.461, de 6 de setembro de 2005, sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Na homenagem realizada no dia 20, maçons de todo o estado se fizeram presentes e ouviram

discursos de reconhecimento da ordem pelos grão-mestres das três potências maçônicas.

Jorginho Mello, proponente da sessão, falou da honra e da certeza de estar fazendo justiça com uma instituição que tem como princípio o bem-estar da humanidade, desenvolvendo o seu trabalho há muito tempo na busca do crescimento dos povos. A trilogia da Revolução Francesa - "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" - foi fortemente destacada pelo parlamentar como forma de reconhecer o trabalho e a parti-

cipação da maçonaria nos mais importantes acontecimentos históricos do país, como a libertação dos escravos, a Independência do Brasil, a Proclamação da República e a Inconfidência Mineira. "Nossas ruas estão recheadas de nomes de ilustres maçons. Os livros históricos têm fatos e relatos das lutas dos irmãos por uma sociedade mais justa e mais perfeita. A geração de maçons se sucede a cada dia lutando pelos direitos humanos, contra os opressores e as desigualdades", ressaltou Jorginho.

Grão-mestres são condecorados

O Parlamento catarinense homenageou com placas comemorativas os grão-mestres da Grande Loja de Santa Catarina, José Domingos Rodrigues; do Grande Oriente de Santa Catarina, Rubens Ricardo Franz; e do Grande Oriente do Brasil, Ib Silva.

Para Rodrigues, a homenagem tem um significado singular, proporcionando compartilhar o momento em prol da paz, da fraternidade e da justiça. Segundo ele, a Maçonaria tem o propósito de lutar por todos os povos, sem distinção de fronteiras. "Na qualidade de cidadãos livres, que lutam pelo bem-estar da humanidade, devemos cada vez mais nos convencer do nosso dever e reafirmar o compromisso da ordem."

Ele aproveitou a ocasião para enfatizar a necessidade dos maçons terem consciência das injustiças sociais que assolam o país, para que, assim, possam adotar posições firmes e corajosas em defesa dos direitos dos brasileiros, de acordo com os ensinamentos maçons. "A nossa crença representa a esperança de felicidade

do nosso semelhante para banir, definitivamente, do nosso meio, os anti-éticos e os imorais. Essa é a nossa grande missão."

O segundo homenageado da noite declarou ter um sonho. "Gostaria que todas as pessoas do mundo fossem maçons", disse Ib Silva, reforçando os discursos anteriores que destacaram o trabalho maçônico pela busca da perfeição, do bom comportamento, da prática do amor e da fraternidade. "Devemos respeitar a dignidade de cada pessoa, ter compromisso com a ética e com a moralidade, amor à família e crença no grande arquiteto do universo."

Silva observou que cada maçom deve exercer o seu papel social na missão de transformar o mundo. E desejou: "Que todos possam dizer de nós, irmãos unidos na luta de um mundo melhor".

Por sua vez, Franz agradeceu o espaço concedido pela Assembléia. "A Maçonaria tem como objetivo o aperfeiçoamento moral, espiritual e cultural do homem", destacou.



Grão-mestre do Grande Oriente de SC, Rubens Ricardo Franz recebe placa do deputado Giancarlo Tomelin

INSTITUCIONAL

Solenidade marca o Dia do Estado de SC

Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça se comprometem com hasteamento de bandeira

Verlaine Silveira

Numa iniciativa inédita, a partir do dia 11 de agosto, data em que se comemora o Dia do Estado de Santa Catarina, três instituições estão comprometidas com a manutenção e o hasteamento da bandeira estadual na praça Tancredo Neves – também conhecida como praça da Bandeira, no centro de Florianópolis.

Cada uma das instituições ficará encarregada da bandeira por um ano. A Assembléia Legislativa será responsável pela missão no primeiro ano, sendo seguida pelo TJ e TCE e assim sucessivamente.

Ao redor do local estão as sedes da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Seus presidentes, deputado Julio Garcia (DEM), conselheiro José Carlos Pacheco e desembargador Francisco de Oliveira Filho, respectivamente, assinaram, em solenidade realizada no local, um termo de compromisso com essa finalidade. Pacheco também anunciou as reformas de revitalização que serão feitas na praça.

Francisco de Oliveira Filho abriu a solenidade salientando a atitude que, além de ser a primeira que se tem conhecimento, permite a renovação do compromisso de união e coesão e de obediência às leis. Em seguida, foi descerrada placa que marca a iniciativa e feito o hasteamento da bandeira. Toda a cerimônia foi acompanhada pelo Coral do TCE.

Antes comemorado apenas como um dia religioso, em 25 de novembro, dedicado a Santa Catarina de Alexandria, o Dia do Estado de Santa Catarina recebeu a data de 11 de agosto pelo projeto da ex-de-

putada Simone Schramm (PMDB), transformado na Lei nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004. Foi no dia 11 de agosto de 1738 que a Coroa Portuguesa criou a Capitania de Santa Catarina.

Julio Garcia lembrou que este acontecimento não traduz apenas o ato de preservar a tradição do hasteamento da bandeira. “Trata-se de uma reverência ao pavilhão estadual, símbolo de Santa Catarina. A atitude do TCE, na pessoa de seu presidente, de compartilhar essa responsabilidade, é um exemplo da demonstração de reverência e do respeito que todos devem ter para com a sua bandeira.”

O parlamentar lembrou que este também é um exemplo de que todos temos a obrigação, como cidadãos, “de respeitar os símbolos da nossa terra, o que nos levará a respeitar mais o nosso próximo e conviver em harmonia”.

Autoridades

Participaram da solenidade os deputados Sargento Amauri Soares (PDT) e Antônio Aguiar (PMDB), o secretário da Articulação Estadual, Lírio Rosso, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o ex-governador Paulo Afonso Vieira, os conselheiros do TCE Wilson Wan-Dall e Gilson dos Santos, o procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson dos Santos, o procurador-adjunto do MP junto ao TCE, Mauro André Pedrozo, o secretário de Governo de Florianópolis, Sérgio Gonzaga, representando o prefeito Dário Berger (PMDB), e o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Ptolomeu Bittencourt (DEM).

Também estiveram presentes o tenente-coronel Marcos Cantuária, representando o general-de-bri-



Pelo termo de compromisso assinado, cada instituição ficará encarregada da bandeira durante um ano

gada Antônio Carlos Nascimento Krieger, comandante da 14ª BIM, o reitor da UFSC, Carlos Alberto Justus, o presidente da Fiesc, Alcântaro Corrêa, a diretora do Instituto Estadual de Educação (IEE), Gilda Marcondes Penha, o diretor-geral da Assembléia Legislativa, Neroci Raupp, o diretor da Fapesc (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina), Diomário de Queiroz, e o padre Pedro Keller, representando o bispo diocesano, dom Murilo Krieger. Participaram ainda alunos de escolas particulares e públicas.

Revitalização

O conselheiro José Carlos Pacheco, após a solenidade, informou que o cuidado para com o pavilhão catarinense integra o projeto de revitalização da praça Tancredo Neves. Está em fase de elaboração um projeto que inclui melhorias internas e externas. Será construída

uma garagem subterrânea de dois pavimentos e os recursos serão buscados pelo governo do Estado junto à União. Desde a transferência do governo do Estado para o Centro Administrativo, na SC-401, o TCE havia ficado responsável pela praça e pelo hasteamento da bandeira.

Convênio de cooperação disponibiliza dados para Fiesc



Presidente Julio Garcia assina convênio com a Fiesc

Um convênio de cooperação e parceria foi assinado, no dia 11, entre os presidentes da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Corrêa. O convênio visa divulgar informações sobre a tramitação das proposições legislativas do Parlamento catarinense, em especial das matérias que sejam de interesse da indústria e da economia catarinenses.

Estiveram presentes tam-

bém o secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, o deputado Edison Andrino (PMDB) e assessores jurídicos da Fiesc, além do diretor-geral da Casa, Neroci Raupp. Pelo convênio, o Legislativo estadual passa a disponibilizar seus arquivos de textos, dando acesso eletrônico ao Sistema Fiesc, através do sistema de acompanhamento CiscoAL, criado com essa finalidade. Raupp informou que não haverá transferência de encargo para

as entidades conveniadas.

O deputado Julio Garcia disse que até 2009 pretende disponibilizar todos os documentos da Casa, fazendo parcerias e dando acesso às informações a outros segmentos da sociedade. Para Knaesel, esta é uma prova de que o Legislativo catarinense está à frente dos outros Parlamentos estaduais. Alcântaro Corrêa comemorou a agilidade com que serão recebidas as informações através da iniciativa.

Um obsessivo pelo esporte nacional

Para Juca Kfouri, não tem como entender o Brasil sem entender o futebol, grande paixão dos brasileiros

Fotos: Carlos Kilian



Juca Kfouri falou 90 minutos - tempo de duração de uma partida de futebol - sobre as mazelas que assolam todo o esporte brasileiro

Evelise Nunes

Paixão. Esse foi o ingrediente que fez da palestra de Juca Kfouri, realizada no dia 20, no Parlamento, um sucesso. Com o tema "Nosso futebol é a cara do Brasil", o palestrante do 12º encontro do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa falou não só sobre futebol, mas também sobre corrupção, impunidade e falta de uma política pública desportiva no país.

"Quando penso em futebol hoje, penso em duas caras: a do Kaká - bela cara - e a do Ricardo Teixeira (presidente da CBF) que dispensa apresentações", ressaltou Kfouri. Para o jornalista, que iniciou sua carreira em nome da paixão pelo futebol, é triste conviver com a falta de incentivo ao esporte e esportistas do país. "Precisamos de uma política esportiva, de massificação. O Guga foi durante um ano inteiro o número um do tênis no mundo. O que se fez para aproveitar isso? Nada! Quantos 'Guguinhas' têm por aí? Nenhum!", desabafa.

"Nenhum dirigente se salva"

Paulo de Tarso

O ex-senador Geraldo Althoff certa vez chamou Juca Kfouri de obsessivo, pois o jornalista afirmava que nenhum dirigente se salvava no futebol brasileiro. Após ser nomeado relator da CPI do Futebol, o catarinense investigou os bastidores do esporte no país e pediu ajuda a Kfouri. Ele confessou sua angústia ao descobrir toda a corrupção que permeava, já em 1999, o futebol brasileiro. "Mas ninguém se salva?", perguntou Althoff a Juca, que respondeu: "Bem-vindo ao mundo dos obsessivos".

Na palestra, o jornalista Juca Kfouri fez um relato da grave situação em que se encontra todo o esporte nacional, e não escondeu sua decepção com o governo federal, em especial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Agora esses caras vão ver uma coisa! Um corintiano chegou lá! Um brasileiro com o fundo das calças poído por botequim e arquibancada", comemorava Juca Kfouri, após o recém-empossado presidente Lula sancionar as duas únicas leis aprovadas por unanimidade no período em que Fernando Henrique Cardoso comandava o Brasil - o Estatuto do Torcedor e

a Lei de Moralização do Esporte. Na ocasião, Lula garantiu que o torcedor não seria mais tratado como "gado" nos estádios brasileiros, e que a corrupção no esporte seria combatida. Passados mais de cinco anos, Juca lamenta que os dirigentes brasileiros sejam mais bem-tratados no governo do PT do que nos anteriores.

"O 'Rei Ricardo I' é um dos homens mais influentes do país, e nada é feito contra ele, apesar da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ter 17 indiciamentos por corrupção na CPI do Futebol parados na Justiça desde 2001", revela, referindo-se a Ricardo Teixeira, presidente da entidade máxima do futebol brasileiro.

Política esportiva

A frustração de Juca Kfouri com o presidente da República é reflexo da expectativa criada por Lula ao vencer a eleição de 2002. A poucos dias de tomar posse, o presidente eleito telefonou para o jornalista e o convidou para fazer parte de uma equipe que iria montar uma política esportiva para o país. Junto com outras personalidades do esporte, como Paula (ex-jogadora de basquete), Ana Moser (ex-atleta

de vôlei) e Bebeto de Freitas (ex-técnico de vôlei, que atualmente preside o Botafogo de Futebol e Regatas), Juca ajudou a escrever um documento mostrando a necessidade do investimento em projetos de inclusão social através do esporte. "Havia apenas umas três linhas destinadas ao esporte de alto rendimento, onde estava escrito que o atleta de alto nível era responsável da iniciativa privada", lembra Kfouri.

Hoje, a realidade é outra, com o país investindo R\$ 4 bilhões para realizar os jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro - dez vezes mais que o previsto, e com R\$ 85 milhões previstos para tentar trazer os Jogos Olímpicos para o Rio de Janeiro em 2016.

Apesar de tudo, o jornalista garante que, aos 58 anos de idade e 38 de jornalismo, ainda acredita que o esporte brasileiro tem jeito. "Temos que achar caminhos para mudar. Eu garanto que uma semana de Jornal Nacional bem feito, ouvindo todos os lados, derrubava essa gente", conclui, sem deixar de criticar a subserviência da grande imprensa brasileira ao comandante da CBF, no poder desde 1989, e do COB, Carlos Arthur Nuzman, há duas décadas no poder.

Jornalista, para o bem da Sociologia

Militante de esquerda contra a ditadura militar quando era estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, Juca Kfouri tinha em mente fazer uma tese que mostrasse que o futebol não era um instrumento de alienação, ao contrário do que apregoavam a maioria dos que eram contra o regime autoritário. "Certa vez o professor Gabriel Cohn marcou uma prova para o mesmo horário do jogo Brasil x Romênia na Copa do 70, e protestei. Foi feita uma votação para decidir se a prova seria mantida ou não naquele horário e fui derrotado por 20 votos a um", conta. Gabriel foi quem o aconselhou a tornar-se jornalista, "felizmente para a Sociologia brasileira", brinca Juca, lembrando que Cohn é o autor da frase que diz que ninguém que não tenha o fundo das calças poído por botequim e arquibancada entende o futebol. "Nenhum dos padrões da grande imprensa vai aos estádios. Eles não entendem a paixão pelo futebol", explica.

Juca lembra que, em um Corinthians x Palmeiras dos anos 80, teve que explicar ao ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso que o goleiro palmeirense tinha sido batizado Gilmar em homenagem ao campeão de 58 - e que não era o mesmo jogador de então ainda em atividade - e que Biro-Biro era um atleta, não uma jogada.

